



Convenção Coletiva De Trabalho 2014/2015

SUSCITANTE: SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, entidade sindical profissional, inscrita no CMPJ/MF sob nº 43.140.789/0001-99, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Aimberê, 2053, Perdizes, por seu representante legal, Sr. Rogério Giannini, portador do CPF nº 013.933.298-70.

SUSCITADO: SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO, entidade sindical econômica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.321.383/0001-13, com sede na cidade de Presidente Prudente – SP, na Rodovia Assis Chateaubriand – do Km 67,000 ao Km 70,000 – Chácara Hor – Estrada Bezerra de Menezes, 1, por seu representante legal, Sr. Celso Xavier Santin, portador do CPF nº 043.824.528-80.

Os parâmetros abaixo visam promover o início das negociações a serem propostos ao Sindicato Profissional:

Cláusula 1ª: Correção Salarial

Correção do salário em 6,35% (seis virgula trinta e cinco por cento) do INPC / IBGE, a ser pago a partir de 1º de setembro de 2014.

§ Único - Serão compensadas as antecipações salariais espontaneamente concedidas no período revisando, conforme Instrução Normativa nº 1 do Colendo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Cláusula 2ª: Piso Salarial

O piso salarial de R\$ 1.926,00 (um mil e novecentos e vinte seis reais) será garantido a todos os Psicólogos, a partir de 1º de setembro de 2014.



Cláusula 3ª: Horas Extras

As horas extras terão acréscimo de **50%** (cinquenta por cento) nas **02** (duas) primeiras horas e **100%** (cem por cento) nas demais.

Cláusula 4ª: Adicional Noturno

O adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim consideradas as compreendidas entre as 22:00 horas de um dia e às 5:00 horas do dia seguinte, será de 40% (quarenta por cento), sobre o valor da hora normal.

Cláusula 5ª: Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

- A. Os empregadores poderão adotar o sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas, em um período poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro período, de maneira que não exceda ao período máximo de 06 (seis) meses. A compensação será comunicada, por escrito, aos funcionários, com antecedência mínima de 03 (três) dias.
- B. A empresa poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, adicionando, aos dias de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula;
- C. Os empregadores comprometem-se a fornecer aos trabalhadores, relatório mensal das horas extras acumuladas com descrição diária, quando for estendida, sob pena de nulidade da compensação.
- D. Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária na presente cláusula, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão ou do efetivo pagamento, observando-se os adicionais estabelecidos na presente norma coletiva.

Cláusula 6ª: Creche

Durante a vigência da presente Norma Coletiva de Trabalho, as empresas que não possuírem creches próprias ou contratadas reembolsarão às empregadas, com filhos de até 04 (quatro) anos de idade, o valor de R\$ 85,60 (oitenta e cinco reais e sessenta centavos), por mês para a manutenção de cada filho em creche de livre escolha.



§ 1º - As empregadas com interesse neste reembolso deverão comprovar tal situação através da certidão de nascimento do filho e recibo de pagamento à creche, a ser entregue na empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data desse pagamento.

§ 2º - As concessões das vantagens contidas no “caput” e § 1º desta cláusula atendem ao que dispõe os parágrafos 1º e 2º do artigo 389º da CLT, Portaria n.º. 01 do D.N.H.T. de 15/01/69, bem como da Portaria n.º 3.296 do Ministério do Trabalho de 03/09/86.

Cláusula 7ª: Licença Paternidade

Após o nascimento de seu filho, o Psicólogo terá direito a uma licença de 5 (cinco) dias, sem prejuízo da remuneração.

Cláusula 8ª: Estabilidade ou Afastamento por Doença

O empregador concederá estabilidade de 30 (trinta) dias a contar da alta médica, aos Psicólogos que adquirirem doença infecto-contagiosa; entendendo-se por doença infecto-contagiosa aquela controlada e acompanhada pelo Centro de Saúde.

Cláusula 9ª: Estabilidade às Vésperas de Aposentadoria

Fica assegurada a estabilidade aos Psicólogos que estejam a 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria especial ou não, e que tenham um mínimo de 05 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, cessando a estabilidade ao adquirir o direito à aposentadoria.

Cláusula 10ª: Data Base

Fica estipulado que a Data Base da categoria profissional é o dia 1º de setembro, de cada ano.

Cláusula 11: Adicional de Insalubridade

Concessão do adicional de insalubridade a todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional representada pelo Sindicato Suscitante, estabelecendo-se, nos termos do inciso XXVI do artigo 7.º da Constituição Federal, como parâmetro de incidência o valor de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais), sobre o qual incidirá os percentuais previstos em lei, desde que haja comprovação da insalubridade mediante laudo pericial técnico e nos termos da legislação vigente.



Presidente Prudente, 07 de novembro de 2014.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
ROGÉRIO GIANNINI
Presidente

SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E
HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DE PRESIDENTE
PRUDENTE E REGIÃO
CELSO XAVIER SANTIN
Presidente